



Prefeitura de Porto Belo - SC
Guarda Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão E Interpretação De Textos: Incluindo Textos De Divulgação Científica	1
Reconhecimento Da Finalidade De Textos De Diferentes Gêneros.....	3
Localização De Informações Explícitas No Texto. Inferência De Sentido De Palavras E/Ou Expressões. Inferência De Informações Do Texto E Das Relações De Causa E Consequência Entre Suas Partes	15
Gramática: Classes De Palavras: Flexões Nominais E Verbais.....	15
Sintaxe De Regência: Verbos E Sua Predicação; Regência Verbal E Nominal.....	36
Crase	39
Sintaxe De Concordância: Concordância Nominal E Verbal.....	40
Colocação De Pronomes: Próclise, Mesóclise E Ênclise.....	43
Estilística: Denotação E Conotação	45
Figuras De Linguagem: Metáfora, Metonímia, Prosopopeia, Antítese, Pleonasma E Onomatopeia.....	46
Pontuação	51
Formação De Palavras. Morfologia.....	59
Questões	59
Gabarito.....	70

INFORMÁTICA

Noções de internet, intranet e redes de computadores. Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação (Google Chrome, Mozilla Firefox, Internet Explorer e Microsoft Edge) e correio eletrônico. Sítios de busca e pesquisa na internet	1
Conceitos básicos dos modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática	23
Conceitos básicos dos modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas, apresentações e correio eletrônico utilizando-se a suíte de produtividade Microsoft Office 2019/365 ou superior	24
Conceitos e modos de utilização do Sistema Operacional Windows 10. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas em ambientes compartilhados.....	37
Conceitos e modos de utilização do Adobe Reader e arquivos em formato PDF.....	58
Armazenamento de dados em nuvem.....	59
Noções básicas de segurança da informação e proteção de sistemas informatizados...	61
Noções básicas de hardware	64

SUMÁRIO



Conceitos e modos de utilização do Sistema Operacionais Móveis (Android/iOS)	69
Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018)	70
Questões	92
Gabarito	100

DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal (Artigos 1º ao 12)	1
Do crime (Artigos 13 ao 25).....	7
Da Imputabilidade Penal (Artigos 26 ao 28).....	20
Do Concurso de Pessoas (Artigos 29 ao 31).....	29
Das penas (Artigos 32 ao 52).....	31
Dos crimes contra a pessoa	47
Dos crimes contra o patrimônio.....	62
Crimes Contra a Administração Pública (Artigos 312 ao 327)	69
Questões	80
Gabarito.....	92

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Disposições Preliminares	1
Do Inquérito Policial.....	11
Da Ação Penal.....	28
Da Prova (Capítulos I, II, X e XI); Do Exame de Corpo de Delito e Da Cadeia de Custódia (Artigos 158 ao 184).....	41
Da Prisão em Flagrante (Artigos 301 ao 310).....	49
Da Prisão Preventiva.....	52
Prisão temporária (Lei Federal nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989)	54
Questões	56
Gabarito.....	62

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios Fundamentais (Artigos 1º ao 4º).....	1
Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Artigos 5º ao 16).....	2
Dos Municípios (Artigos 29 ao 31)	17
Da Administração Pública (Artigos 37 ao 41).....	21
Da Segurança Pública (Artigo 144).....	31
Questões	32
Gabarito.....	47

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos: Propriedades; Tipos de Conjuntos; Operações entre conjuntos	1
Princípios de Contagem e Probabilidade	7
Lógica Proposicional: Proposições Simples e Compostas; Valores-Verdades; Conectivos; Propriedades; Tautologia e Contradição; Condição suficiente e Condição Necessária; Negação; Equivalência e Implicação Lógica; Sentenças Fechadas	13
Lógica de Argumentação	21
Questões	26
Gabarito	33

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei da Guarda Municipal de Porto Belo (Lei Municipal nº 2.252/2015)	1
Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014)	10
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Porto Belo (Lei Municipal nº 718/1993)	14
Lei Orgânica do Município de Porto Belo	47
Lei de Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869/2019)	99
Estatuto do Desarmamento e suas regulamentações (Lei Federal nº 10.826/2003)	107
Lei sobre Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006)	116
Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006)	139
Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997): Disposições Preliminares (Artigos 1º ao 4º); Do Sistema Nacional de Trânsito (Artigos 5º ao 25-A); Das Normas Gerais de Circulação e Conduta (Artigos 26 ao 67); Da Sinalização de Trânsito (Artigos 80 ao 90); Das Infrações (artigos 161 ao 255); Das Penalidades (Artigos 256 ao 268); Das Medidas Administrativas (Artigos 269 ao 279-A); Dos Crimes em Espécie (Artigos 302 ao 312-B)	151
Questões	203
Gabarito	207

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

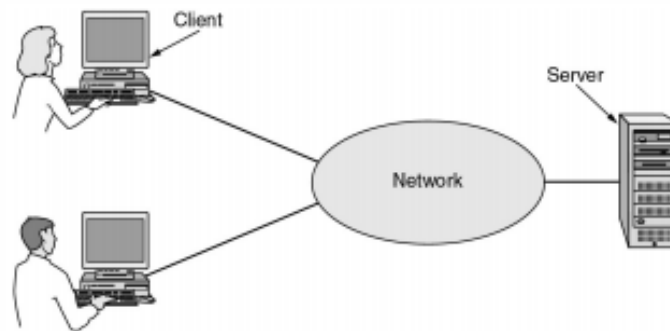
A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





REDES DE COMPUTADORES

Uma rede de computadores é formada por um conjunto de módulos processadores capazes de trocar informações e compartilhar recursos, interligados por um sistema de comunicação (meios de transmissão e protocolos)¹.



As redes de computadores possuem diversas aplicações comerciais e domésticas.

As aplicações comerciais proporcionam:

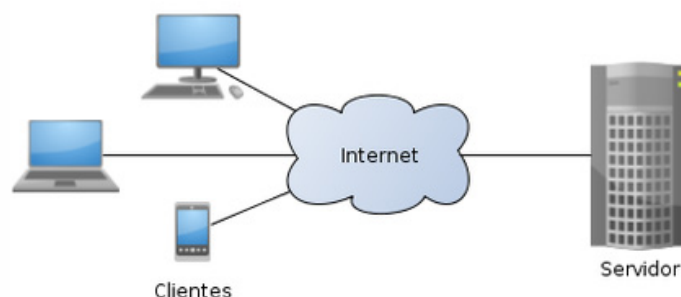
- Compartilhamento de recursos: impressoras, licenças de software, etc.
- Maior confiabilidade por meio de replicação de fontes de dados
- Economia de dinheiro: telefonia IP (VoIP), vídeo conferência, etc.
- Meio de comunicação eficiente entre os empregados da empresa: e-mail, redes sociais, etc.
- Comércio eletrônico.

As aplicações domésticas proporcionam:

- Acesso a informações remotas: jornais, bibliotecas digitais, etc.
- Comunicação entre as pessoas: Twitter, Facebook, Instagram, etc.
- Entretenimento interativo: distribuição de músicas, filmes, etc.
- Comércio eletrônico.
- Jogos.

Modelo Cliente-Servidor

Uma configuração muito comum em redes de computadores emprega o modelo cliente-servidor. O cliente solicita o recurso ao servidor:



¹ NASCIMENTO, E. J. Rede de Computadores. Universidade Federal do Vale do São Francisco.



— Lei Penal no Tempo

Observações Iniciais

– **Teoria da atividade (Art. 4º)** → Se considera praticado o delito no momento da ação ou da omissão, ou seja, no **momento da prática da conduta**, ainda que o resultado ocorra posteriormente.

– Princípio da **Legalidade**: somente lei anterior pode estabelecer infrações penais e cominar penas.

1 – Reserva legal: somente uma lei em sentido estrito (lei formal) pode criminalizar condutas e estabelecer as respectivas penas.

2 – Anterioridade: uma lei penal só pode se aplicada a uma determinada conduta se esta for praticada durante a vigência da lei, ex.: a partir de amanhã será crime beber cerveja em público, porém você não pode ser processado penalmente por ter consumido uma cerveja em público hoje.

Sucessão de Leis Penais no Tempo

– **Atividade da lei penal** (≠ teoria da atividade) → a lei penal só se aplica enquanto ela vigora, isto é, só se aplica aos fatos ocorridos durante sua vigência.

Exceções à Atividade da Lei Penal (Extratividade da Lei Penal)

– **Retroatividade**: aplicação da lei penal **benéfica** a um fato praticado **antes** de sua vigência.

– **Ultra-atividade**: aplicação da lei penal benéfica **mesmo após sua revogação**.

1 – Ex.: José comete o crime de furto em 10 de janeiro. Em 10 de abril, enquanto José está sendo processado, entra em vigor uma nova lei que **agrava** a pena prevista para o furto. A nova lei, todavia, por ser “maléfica”, não terá efeitos retroativos e o Juiz deve usar a lei já revogada para fundamentar eventual sentença penal condenatória do José, visto que **estava em vigor no momento da conduta e é mais benéfica** que a nova lei.

Leis Temporárias ou Excepcionais

– A lei temporária ou excepcional continua regendo fato ocorrido durante sua vigência mesmo após sua revogação (**Art. 3º**).

– O “abolitio criminis”, em regra, não ocorre em razão do decurso natural da lei temporária, porém é possível que o Estado brasileiro, em caráter excepcional, entenda que determinada conduta regida pela lei temporária não é mais crime e consequentemente a revoga → neste caso, **o agente seria beneficiado pela revogação expressa**, que caracteriza “abolitio criminis”.

Vacatio Legis

– Conceito: período entre a publicação da lei e de sua entrada em vigor, isto é, quando ela começa a produzir efeitos.

– Durante o vacatio legis, **a lei não produz efeitos**, mesmo se for benéfica. Assim, é possível evitar confusão caso ocorra a revogação da lei que está em período de vacatio legis.



O Direito Processual Penal é o corpo de normas jurídicas com a finalidade de regular o modo, os meios e os órgãos encarregados de punir do Estado, realizando-se por intermédio do Poder Judiciário, constitucionalmente incumbido de aplicar a lei ao caso concreto. É o ramo das ciências criminais cuja meta é permitir a aplicação de vários dos princípios constitucionais, consagradores de garantias humanas fundamentais, servindo de anteparo entre a pretensão punitiva estatal, advinda do Direito Penal, e a liberdade do acusado, direito individual.

Processo Penal é o conjunto de normas e princípios que regulam a aplicação jurisdicional do Direito Penal, bem como as atividades persecutórias da Polícia Judiciária e a estruturação dos órgãos da função jurisdicional. É ramo do direito público.

A competência para legislar sobre direito processual penal é privativa da União, podendo ser atribuída aos estados-membros a competência sobre questões específicas de direito local mediante lei complementar. Já em relação ao Direito Penitenciário, afeto à execução penal, a competência é concorrente entre os entes.

Características

- a) Autonomia: não é submisso ao direito material, pois possui princípios e regras próprias.
- b) Instrumentalidade: é um meio para fazer atuar o Direito Penal material.
- c) Normatividade: é uma disciplina normativa, de caráter dogmático.

— Princípios

Princípios regentes

Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1.º, III, da Constituição Federal, “parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social”. É um princípio de valor pré-constituente e de hierarquia supraconstitucional.

Segundo nos parece, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois prismas: objetivo e subjetivo. Objetivamente, envolve a garantia de um mínimo existencial ao ser humano, atendendo as suas necessidades vitais básicas, como reconhecido pelo art. 7.º, IV, da Constituição, ao cuidar do salário mínimo (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social). Inexiste dignidade se a pessoa humana não dispuser de condições básicas de vivência. Subjetivamente, cuida-se do sentimento de respeitabilidade e autoestima, inerentes ao ser humano, desde o nascimento, quando passa a desenvolver sua personalidade, entrelaçando-se em comunidade e merecendo consideração, mormente do Estado.

Para que o ser humano tenha a sua dignidade preservada torna-se essencial o fiel respeito aos direitos e garantias individuais.

Princípio do Devido Processo Legal

O outro princípio regente concentra-se no devido processo legal, cuja raiz remonta à Magna Carta de 1215 (“Nenhum homem pode ser preso ou privado de sua propriedade a não ser pelo julgamento de seus pares ou pela lei da terra”). A célebre expressão “by the lay of the land” (lei da terra), que inicialmente constou da redação desse documento histórico, transmudou-se para “due process of law” (devido processo legal). A modificação vernacular não teve o condão de apartar o significado histórico do princípio. Buscou-se uma garantia e uma proteção contra os desmandos do rei, encarnando a época autoritária absoluta na Inglaterra. Não mais seria possível admitir-se a prisão ou a perda de bens de qualquer pessoa em virtude de simples capricho do governante. A tolerância havia atingido seu limite, tornando-se essencial o surgimento do princípio da legalidade ou reserva legal, determinando o império da lei sobre a vontade do rei.



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que **“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”**.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Raciocínio Lógico

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



LEI Nº 2252, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

cria o Departamento da Guarda Municipal no Município de Porto Belo e dá outras providências.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Cria o Departamento da Guarda Municipal, subordinado a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e institui normas gerais para a atuação da guarda municipal no âmbito do Município de Porto Belo. (Redação dada pela Lei nº 2724/2019)

Art. 2º Incumbe à Guarda Municipal, instituição de caráter civil e uniformizada, a função de proteção municipal preventiva, exercício de vigilância diurna e noturna e orientação e fiscalização de trânsito.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III - patrulhamento preventivo;
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V - organização e educação do trânsito;

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º O Departamento da guarda municipal terá as seguintes atribuições:

- I - a proteção e vigilância de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município;
- II - exercer em caráter de emergência os serviços que transitoriamente lhe forem atribuídos, inclusive de fiscalização administrativa; (Regulamentado pelo Decreto nº 3452/2022)
- III - orientação e fiscalização das normas de trânsito;
- IV - orientação e fiscalização das normas náuticas;
- V - Em conjunto com os demais órgãos de Segurança Pública, operar o sistema de vídeo monitoramento do Município.

Parágrafo Único - Os bens mencionados no inciso I abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

CAPÍTULO III-A

DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL (Redação acrescida pela Lei nº 3243/2023)

Art. 5º A Fica instituída a Corregedoria da Guarda Municipal de Porto Belo, órgão próprio, permanente, autônomo e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, destinado à apuração de infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes do quadro da Guarda Municipal, para: